

OS ESTUDOS DE GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE GÊNERO DE DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO RS

Daiana Marques Sobrosa

Autora- Graduada em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Especialista em Estudos de Gênero (UFSM) e Mestra em Letras- Estudos Linguísticos (UFSM). Servidora no Instituto Federal Farroupilha (IFFar), daiana.marques@iffarroupilha.edu.br;

Karina Oliveira de Freitas

Autora- Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Especialista em Estudos de Gênero (UFSM) e Mestra em Tecnologias Educacionais em Rede (UFSM). Servidora na UFSM, karina.oliveira.freitas@gmail.com;

Resumo

Retomando alguns conceitos dos Estudos de Gênero, com enfoque nos Estudos Feministas e nos Estudos Queer, este trabalho pretende destacar a importância desse campo do conhecimento como base para o desenvolvimento de políticas institucionais de gênero no contexto de duas Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado do Rio Grande do Sul (RS), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Instituto Federal Farroupilha (IFFar). Primeiramente, é importante destacar o duplo papel da escola e da educação como um todo. Se, por um lado, ao longo do tempo, desempenharam papel fundamental nos processos sociais classificatórios e hierarquizantes, hoje possuem o dever e o desafio de ressignificar e modificar suas práticas. Assim, apoiando-se nos conceitos de gênero, sexualidade, heterossexualidade compulsória, heteronormatividade e políticas públicas, são apresentadas as políticas de gênero desenvolvidas

nas duas instituições estudadas. A partir disso, é possível perceber a importância que os movimentos sociais e as teorias no campo dos Estudos de Gênero tiveram, e continuam tendo, ao possibilitar a abertura de espaço, principalmente, no âmbito educacional, para novas perspectivas de se pensar as relações sociais, o gênero e a sexualidade. É possível perceber, ainda, que ambas as instituições, por meio de suas políticas de gênero, objetivam construir uma prática não sexista, mais igualitária e democrática.

Palavras-chave: Estudos de gênero, políticas institucionais, instituições de ensino superior, educação.

Introdução

Esse trabalho é fruto de discussões iniciadas na disciplina Gênero, Diferenças e Sexualidades, do curso de Especialização em Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e tem por objetivo destacar a importância dos Estudos de Gênero, com enfoque nos Estudos Feministas e nos Estudos Queer, no desenvolvimento de políticas institucionais de gênero, tomando como base o contexto de duas Instituições de Ensino Superior (IES), a UFSM e o Instituto Federal Farroupilha (IFFar).

Ao longo do tempo, as escolas e outras instâncias sociais e culturais desempenharam um papel determinante na construção histórica dos gêneros e das sexualidades. Segundo Richard Miskolci (2012), o sistema educacional foi um aparato poderoso a serviço da biopolítica, tendo a escola como um espaço de normalização coletiva, de imposição da heterossexualidade compulsória e de modelos de como ser homem ou mulher, levando em conta os padrões heteronormativos. Os conceitos de heterossexualidade compulsória e heteronormatividade, assim como outros conceitos importantes serão melhor desenvolvidos na seção de Referencial Teórico.

Como contraponto, os Estudos de Gênero consolidam-se, no Brasil, no final dos anos 1970 em paralelo com o fortalecimento do movimento feminista no país (Farah, 2004). No entanto, segundo Miskolci (2012), é somente no ano de 2001 que o Brasil tem um de seus primeiros textos sobre a Teoria Queer publicado em português por Guacira Lopes Louro. Tudo isso, então, os movimentos sociais (movimento feminista e posteriormente o movimento LGBT) e as teorias no campo dos Estudos de Gênero vieram abrindo espaço e construindo bases sólidas para novas perspectivas de se pensar as relações sociais, o gênero e a sexualidade.

Diante do exposto, o sistema educacional como um todo, mas principalmente as IES, que trabalham na formação de docentes e outros profissionais e cidadãos que atuarão na sociedade, possuem um grande desafio pela frente, mas também uma grande oportunidade de repensar sua forma de atuação e o seu papel social. As velhas práticas educacionais contribuíram para a perpetuação de um modelo masculino de educação como uma estratégia normalizadora de comportamentos e geradora de processos sociais classificatórios

e hierarquizadores (Miskolci, 2009). Esse modelo de masculinidade assimilado desde criança no ambiente escolar garante aos homens privilégios e poder sobre tudo que se refere ao feminino, sendo essa noção de poder geralmente associada à violência.

Em artigo que analisa a escalada de violência de gênero, especificamente os transfeminicídios, em Santa Maria - RS no período de setembro de 2019 a janeiro de 2020, Fernando de Figueiredo Balieiro e Richard Miskolci (2020) apontam que “atender às demandas de masculinidade tradicionais tornou-se desafiador em uma era de mudanças comportamentais e liberação feminina”. Berenice Bento corrobora essa ideia ao afirmar que

Se as ações não conseguem corresponder às expectativas estruturadas a partir de suposições, abre-se uma possibilidade para se desestabilizarem as normas de gênero, que geralmente utilizam da violência física e/ou simbólica para manter essas práticas às margens do considerado humanamente normal. (BENTO, 2011, p. 553).

Assim como ocorrem no convívio social de maneira mais ampla, os comportamentos violentos pautados nas relações de gênero também tem incidência no ambiente universitário podendo se manifestar de diversas formas, sendo o assédio (moral ou sexual) nas relações de trabalho e nas relações de ensino e aprendizagem a forma mais recorrente. Nesse sentido, as instituições de ensino precisam valer-se de seu caráter formativo para atuar no enfrentamento às desigualdades e violências de gênero, promovendo o respeito às diferenças por meio da educação.

Na sequência serão apresentados os principais conceitos que embasam teoricamente este artigo, bem como um breve histórico da construção das políticas institucionais de gênero da UFSM e do IFFar. Por fim, serão tecidas breves considerações e reflexões sobre o tema apresentado.

Referencial teórico

Por meio de uma revisão bibliográfica de textos já estudados no curso bem como na disciplina Gênero, diferenças e sexualidades, serão brevemente desenvolvidos alguns conceitos determinantes para o entendimento deste trabalho. São eles: gênero, sexualidade,

heterossexualidade compulsória, heteronormatividade e políticas públicas.

De acordo com Scott (1989), gênero se define enquanto uma construção social, uma criação essencialmente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres, uma organização social da relação entre os sexos. Na mesma linha, Louro (1997) vai explicar que não são necessariamente as diferenças sexuais que vão definir o que é masculino e feminino em uma determinada sociedade e momento histórico, mas a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou que se pensa sobre elas.

A autora ainda ressalta que a ideia não é negar a biologia, mas ressaltar a construção histórica e social produzida sobre as características biológicas dos corpos sexuados, recolocando o debate no campo social, já que é nele que se constituem as relações desiguais entre os sujeitos. Ainda de acordo com as autoras, o gênero não determina diretamente a sexualidade, pois as identidades sexuais se constituem, conforme Louro (1997), através das formas como os sujeitos vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as.

A partir da Teoria Queer, Judith Butler (2003) vai questionar certos pressupostos da Teoria Feminista sobre a categoria de gênero. Segundo a autora, é contestável conceber gênero enquanto interpretação cultural do sexo, sendo o sexo algo imutável e gênero algo socialmente construído. Ela, então, vai questionar essa suposta imutabilidade ponderando que talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto gênero. Ainda sobre isso Butler afirma:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre o qual age a cultura. (BUTLER, 2003, p.25)

Segundo Miskolci (2009), a Teoria Queer¹ tem origem nos Estudos Culturais norte-americanos, no final da década de 1980, tendo como objeto de análise a “dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais” (p.50-51). A partir dessas dinâmicas, a Teoria Queer vai problematizar os processos normalizadores que naturalizam a heterossexualidade a acabam por torná-la “uma imposição socialmente instituída” (BALIEIRO e RISK, 2014, p. 162).

A partir da segunda metade do século XX, conforme Miskolci (2009), a homossexualidade perdeu o caráter de crime e patologia, passando então a figurar como mecanismo de regulação e controle na vida de gays e lésbicas a heteronormatividade. A heteronormatividade se configura, então, enquanto um conjunto de normas de regulamentação e controle das relações, até mesmo das relações entre pessoas do mesmo sexo, “compondo uma série de ideais que têm como modelo o casal heterossexual” (BALIEIRO e RISK, 2014, p. 162). Revisados os conceitos de gênero, sexualidade, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade, é importante desenvolver agora o conceito de política pública, já que o presente trabalho apresentará brevemente, no próximo tópico, as políticas institucionais de gênero de duas IES. (MISKOLCI, 2009, p. 151)

Para compreender a noção de política é fundamental marcar sua natureza pública, pois o diálogo e a discussão aberta são elementos constitutivos da elaboração das políticas (TERESA KLEBA LISBOA, 2010). A sociedade em que vivemos não é homogênea, pelo contrário, ela existe permeada por pluralidades. Nesse sentido, a esfera pública precisa reconhecer e considerar essa pluralidade no seu modo de operar, ou seja, deve existir para o bem comum, sem deixar de refletir e visibilizar as identidades individuais. Isso significa oferecer ao público oportunidades iguais independente de gênero, classe e etnia.

Trazendo para a realidade da UFSM e do IFFar, pode-se dizer que os processos de construção e implementação das respectivas políticas de gênero atendem essa característica primordial de uma política pública, para além de uma política institucional, pois além de terem sido impulsionados por demandas coletivas surgidas da comunidade acadêmica, também ofereceram abertura para o diálogo com o

1 Queer é um xingamento, um palavrão em inglês, “denotava anormalidade perversão e desvio”.

público envolvido durante a sua elaboração, pois a igualdade não se refere apenas aos direitos e obrigações, mas também a participação e representatividade dos sujeitos sociais na determinação das regras e tomadas de decisão que constituem a sociedade.

Por isso, como aponta Lisboa (2010, p. 5) a elaboração de políticas públicas de gênero requer por parte dos agentes públicos, além da predisposição para discutir o tema, o entendimento de que a governabilidade com a perspectiva da igualdade de gênero depende de três fatores:

- a) da vontade e da decisão política que garanta, junto aos planejadores em todas as instâncias federativas, a incorporação da transversalidade de gênero;
- b) da sua incorporação junto à prática dos gestores, que executam, monitoram e avaliam as políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal;
- c) da disseminação de novos valores culturais e políticos junto à população, com vistas a uma cidadania inclusiva (LISBOA, 2010, p. 5).

As políticas de Gênero na UFSM

Nos últimos anos, casos envolvendo desigualdade e violência de gênero ganharam maior visibilidade nas universidades, incluindo a UFSM. A Instituição passou a realizar ações para ampliar o debate sobre o tema, as quais, revelaram demandas recorrentes entre a comunidade universitária, lideradas principalmente pelas mulheres. A necessidade de combater a desigualdade de gênero no âmbito institucional associada às demandas advindas da comunidade levou a gestão da UFSM a nomear, em setembro de 2017, a Comissão Institucional de Política de Igualdade de Gênero (CIG), para elaborar uma resolução que regulamente a questão na Universidade.

A representação da comissão respeitou a paridade de gênero e de categorias, havendo em sua composição homens e mulheres, estudantes, docentes e técnicos-administrativos(as) em educação. A partir da formalização de um grupo de trabalho foi possível traçar algumas metas e elencar prioridades a serem atendidas. Desde sua criação e durante todo o ano de 2018 a CIG seguiu uma agenda de encontros semanais, os quais eram abertos à comunidade acadêmica.

Os trabalhos da CIG seguiram as seguintes etapas: sistematização de dados referentes às demandas advindas da comunidade acadêmica, levantamento em outras IES do país para verificar a existência de políticas institucionais com a perspectiva de gênero, leituras e discussões sobre os tópicos que deveriam ser abordados no documento, escrita colaborativa de uma minuta de resolução, apresentação e discussão da versão preliminar do documento junto aos órgãos institucionais diretamente envolvidos e apresentação e discussão da versão preliminar do documento após ajustes com a comunidade acadêmica do campus sede e dos campi fora de sede.

Após as rodadas de discussão, as contribuições da comunidade foram inseridas na proposta e a partir daí o documento foi reencaminhado com as alterações para os órgãos envolvidos, trâmite que levou o ano de 2019 inteiro. De forma resumida, o trabalho que a CIG realizou deu origem a uma proposta de Política de Igualdade de Gênero que tem como objetivo promover a igualdade de gênero em todas as instâncias institucionais fomentando ações de educação e de respeito ao ser humano, por meio de três eixos integradores: promoção da igualdade de gênero, enfrentamento e responsabilização em casos de violência e assistência.

Em fevereiro de 2020 a CIG voltou a se reunir para apreciar os pareceres dos órgãos e finalizou o documento encaminhando o mesmo para parecer da Procuradoria Jurídica da UFSM. A expectativa da CIG era de que a proposta de Política Institucional de Gênero fosse encaminhada ao Conselho Universitário para apreciação e deliberação ainda em 2020, no entanto, com a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas em decorrência da pandemia de COVID-19 é possível que essa previsão seja ampliada.

As políticas de Gênero no IFFAR

Em Maio de 2016, por meio da Resolução nº 023, do Conselho Superior (CONSUP) do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), instituiu-se a criação do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS). A partir dessa política institucional, cada campus do IFFar, em observância às orientações contidas nesse regramento, deve então estabelecer seu Núcleo, visando concretizar ações e práticas educativas voltadas à criação de um espaço que considere a equidade de gênero e o respeito às diferenças como fundamentais.

Importante mencionar que, embora constituído institucionalmente somente em 2016, antes do NUGEDIS, a instituição já contava com uma Política de Diversidade² e Inclusão e, segundo essa política:

O reconhecimento, o respeito, o acolhimento, o diálogo e o convívio com a diversidade de orientações sexuais fazem parte da construção do conhecimento e das relações sociais de responsabilidade da escola como espaço formativo de identidades (Política de Diversidade e Inclusão, 2013, p.04).

Esse documento já previa enquanto meta, além de outras ações, a criação do NUGEDIS, integrando a Coordenações de Ações Inclusivas (CAI), junto com mais dois Núcleos, na época já consolidados, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE).

Com um regulamento próprio e com representantes de toda a comunidade acadêmica entre membros efetivos e colaboradores, o NUGEDIS passa a ter, assim, a finalidade de “desenvolver políticas, ações e projetos no intuito de promover o respeito e a valorização de todos os sujeitos, proporcionando debates, vivências e reflexões referentes às questões de gênero e diversidade sexual”. (Res. CONSUP nº 023/2016)

Nesse sentido, considerando o espaço educativo enquanto “um espaço em que entram em confronto e em diálogo diferentes sujeitos e diferentes modos de significação do mundo, o que inclui modos diversos de criar sentido para a sexualidade, para o gênero, para si e para os outros” (BORTOLINI, 2011, p. 05), o Núcleo passa a ter uma função primordial e, ao mesmo tempo, um grande desafio no que se refere ao desenvolvimento de uma prática institucional que favoreça a reflexão e o diálogo entre esses diferentes sujeitos, o reconhecimento dos diferentes modos de significação e que combata os preconceitos, as desigualdades e as opressões.

2 Cabe aqui uma reflexão sobre uso do conceito de diversidade. Para Miskolci (2012), o multiculturalismo e a retórica da diversidade são concepções estáticas, problemáticas e fracas. Ele propõe, então, uma política da diferença, afirmando a necessidade de ir além da tolerância e da inclusão, modificando a cultura por meio da incorporação da diferença e do reconhecimento do Outro como parte da nossa identidade.

Considerações finais

A partir da introdução do tema, dos conceitos abordados e da apresentação do histórico e do cenário atual das políticas de gênero na UFSM e no IFFar é possível tecer algumas considerações sobre o tema abordado. Primeiramente é preciso destacar o papel da escola e do sistema educacional como um todo como um espaço de normalização coletiva, de imposição da heterossexualidade compulsória e de modelos de como ser homem ou mulher, levando em conta os padrões heteronormativos.

Diante desse cenário, fica evidente a importância que os movimentos sociais (movimento feminista e posteriormente o movimento LGBT) e as teorias no campo dos Estudos de Gênero tiveram e continuam tendo ao possibilitar a abertura de espaço, principalmente no âmbito educacional, para novas perspectivas de se pensar as relações sociais, o gênero e a sexualidade. O modelo educacional masculino e tradicional não se sustentará por muito mais tempo, é preciso educar crianças para aprender com as diferenças e assim, construir relações mais igualitárias, pautadas no afeto e não na violência.

Nesse sentido, as instituições de ensino precisam mais do que nunca fazer jus ao seu caráter formativo, tanto na formação de professores e demais profissionais quanto na formação cidadã, para atuar no enfrentamento às desigualdades e violências de gênero, promovendo o respeito às diferenças por meio da educação. Podemos afirmar, portanto, que as políticas institucionais na perspectiva de gênero que vem sendo desenvolvidas e implementadas na UFSM e no IFFar convergem para essa linha de atuação.

Referências bibliográficas

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo, MISKOLCI, Richard. Morte em Santa Maria: cidade vive escalada de violência de gênero. **Sul 21**, 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/01/morte-em-santa-maria-cidade-vive-escalada-de-violencia-de-genero-por-fernando-de-figueiredo-balieiro-e-richard-miskolci/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo, RISK, Eduardo Name. Escola e Sexualidades: uma visão crítica à normalização. In: MISKOLCI, Richard; LEITE JUNIOR, Jorge.(Org.). **Diferenças na Educação**: outros aprendizados. 1ed. São Carlos: EdUFSCar, 2014

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 maio. 2020.

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade Sexual e de Gênero na Escola. Revista **Espaço Acadêmico**, nº 123- Agosto, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

Instituto Federal Farroupilha. **Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal Farroupilha** - Agosto de 2013. <Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/a%C3%A7%C3%B5es-inclusivas/apresenta%C3%A7%C3%A3o> > Acessado em: 10 de maio de 2020.

Instituto Federal Farroupilha. **Resolução CONSUP nº 023/2016**, de 24 de Maio de 2016. Altera a redação, reorganiza os títulos e inclui o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Resolução CONSUP nº 015/2014 que dispõe sobre as Ações Inclusivas na Reitoria e dos campi e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. <Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/a%C3%A7%C3%B5es-inclusivas/apresenta%C3%A7%C3%A3o> > Acessado em: 25 de setembro de 2020. Acesso em: 10 de maio de 2020.

FARAH, Marta Ferreira dos Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004>. Acesso em: 09 maio. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª.ed. São Paulo:Vozes, 1997.

LISBOA, Teresa Kleba. Políticas públicas com perspectiva de gênero – afirmando a igualdade e reconhecendo as diferenças. **Fazendo gênero 9**. Diásporas, diversidades, deslocamentos. Florianópolis, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278289946_ARQUIVO_Texto.ST_Co_mpleto_FG9.pdf. Acesso em: 09 maio. 2020.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias* (UFRGS. Impresso), v. 21, p. 150-182, 2009.

MISKOLCI, Richard. Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica; UFOP, 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott- Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. New York, ColumbiaUniversity Press. 1989.

UFSM, **Minuta de Resolução**. Institui a Política de Igualdade de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria (Processo n. 23081.055062/2018-39), Santa Maria, 2018.